

Sarney e contra a estabilidade

O presidente José Sarney também é contra a inclusão da estabilidade automática no emprego e a fixação da carga horária na Constituição como consta do anteprojeto da Constituinte, segundo manifestou ontem ao coordenador da União Brasileira de Empresários, Antônio de Oliveira Santos, que, em companhia do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, levou ao Governo documento de repúdio a esses e outros temas, que a seu ver deveriam ser negociados diretamente entre trabalhador e empregador ou, quando muito, em legislação ordinária.

O presidente da CNI afirmou que até um dos diretores da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostrou-se surpreso quanto a essa tendência dos constituintes brasileiros, de pretenderem definir logo na Constituição os dois assuntos. No documento que entregaram ao Presidente da República, os empresários brasileiros afirmam que a incorporação desses princípios na Constituição significa uma ruptura nas relações dos fatores de produção, que são capital e trabalho. Para eles, o texto do anteprojeto não reflete os anseios de aperfeiçoamento da sociedade brasileira, "e apenas traduz os desejos de uma minoria que, inexplicavelmente, se esforça em colocar o Brasil na contramão da História". A agressão ao setor econômico, acrescentam, é uma falsa opção pelo progresso e justiça sociais e contradiz o argumento de que a abertura política é sinônimo de abertura econômica.

Eles entendem que os trabalhadores brasileiros estão tendo a nítida visão desse processo e percebem que esses dispositivos são demagógicos e desnecessários, visando principalmente, a desmoralizar o movimento sindical.

No documento de cinco folhas, a UBE afirma que a garantia da estabilidade de emprego pressuporia a garantia da estabilidade da empresa, inviabilizando os princípios da democracia capitalista que tornam imperioso preservar o trabalhador dos riscos do empresário. No Brasil, acrescen-

ta, essa realidade é ainda mais contundente que em outros países porque aqui "não chega a 50% da população economicamente ativa o número de trabalhadores com vínculo empregatício, ao mesmo tempo em que existem disparidades no leque salarial de 1 a 200, e discrepâncias na renda per capita que vão de 1 (no Piauí) a 7 (em São Paulo).

A proposta de estabilidade no emprego, como está, "constitui um verdadeiro retrocesso no campo das relações entre o capital e o trabalho". Quanto à duração da carga de trabalho, os empresários relatam que essa tendência, embora venha sendo seguida progressivamente em alguns dos países mais ricos e avançados, em outros deles o que houve, nos últimos dez anos, foi o aumento da duração da jornada de trabalho. Os exemplos são Coreia do Sul, Japão, Cingapura, Peru e Estados Unidos.

O Brasil, dizem no documento os empresários, não atingiu o estágio de País rico que possa se dar ao luxo de conceder, hoje, benefícios que outros países só vieram a desfrutar ao cabo de longo processo de desenvolvimento.

Os dois temas, os empresários preferem que sejam discutidos entre a empresa e seus empregados mas, no caso da estabilidade, eles chegam a adiantar algumas concessões para que as demissões sejam dificultadas. Entre elas, segundo o coordenador da UBE e presidente da CNC, Antônio Oliveira Santos, o aumento de 10% para 30% da indenização trabalhista por demissão sem justa causa.

Mas os empresários não levaram ao Presidente apenas a preocupação quanto aos debates da Constituinte. Eles levaram também a Sarney o apoio da classe empresarial ao Plano de Controle Macroeconômico, que consideraram "instrumento equilibrado e tecnicamente bem elaborado para alcançar as metas e objetivos a que se propõe, quais sejam, o crescimento econômico sustentado, o fortalecimento do balanço de pagamentos e uma razoável estabilidade monetária.